Sessão de homenagem a Germano Almeida no

IX Encontro de Escritores de Língua Portuguesa

Praia, 20 de junho de 2019

***O TRATADO DO RISO*** de GERMANO ALMEIDA

Ana Cordeiro

Nestes momentos de celebração, em que é suposto falar-se da vida e obra do homenageado, justifica-se um regresso ao início da sua carreira literária, na revista *Ponto & Vírgula* e mais exatamente ao nº 13, onde Germano Almeida transcreveu um excerto da obra *O Tratado do Riso.*  Embora escrito por ele, o livro nunca existiu e o editorial onde consta a transcrição não está assinado, mas tenho dois bons motivos para começar por aqui: em primeiro lugar porque esse texto é uma espécie de manifesto literário e de filosofia de vida e em segundo lugar porque foi nesse ano, 1985, que nos conhecemos, numas agradáveis tertúlias que os diretores da revista organizavam diariamente na Galeria Alternativa. Tornámo-nos amigos para a vida e parceiros no projeto de uma editora, a *Ilhéu*, que já publicou 17 dos seus dezoito títulos, e do jornal *Agaviva****,*** um mensário publicado entre março de 91 e julho de 92.

Ao longo destes quase trinta e cinco anos já escrevi muito sobre os aspetos que considero mais marcantes na sua obra: a forma como baralha ficção e realidade; a confusão propositada entre o autor e os seus alter-ego; a capacidade de fugir à linearidade cronológica, embora sabendo sempre, no momento certo, fazer o conto voltar atrás; a intrincada forma de encadear as estóreas umas nas outras; as personagens que transitam de uns romances para outros e se movem num universo real por entre pessoas reais... enfim, é como se nos pusesse a observar a sociedade cabo-verdiana através da multiplicidade de espelhos de um caleidoscópio, sem nunca a podermos apreender por inteiro, porque o autor nos está sempre a alterar o ângulo de observação.

Tenho, em especial, realçado o facto de que, para GA, a escrita não só é um ato libertador como um exercício de liberdade. Libertador porque foi em jeito de catarse que deu por si a escrever, como confessou numa entrevista. Tinha dezasseis anos e as suas noites eram assombradas por uns defuntos desaparecidos num trágico naufrágio na ilha de Boa Vista. Decidiu então escrever uma história em que os acompanhava no alto mar lutando com a morte, e cito: *Vinguei-me transferindo para eles o medo que vinha sentindo e terei mesmo tido a maldade de deixar que um ou outro fosse comido por tubarões no meio de gritos de cortar o coração. O certo é que no fim estava completamente liberto*. Esta necessidade de se libertar esteve também, como ele próprio tem referido, na génese de obras como *Os dois irmãos -* porque sentiu que na época do julgamento não tinha compreendido inteiramente o acusado - ou *A ilha fantástica*, que começou a escrever em 1968 no norte de Angola, para se libertar daquela *imensidão desconhecida e hostil*, como a designou.

Há obras que, naturalmente, terão tido outras motivações: a necessidade fazer justiça onde ela falhou, que encontramos em *O dia das calças roladas* ou em *Os dois irmãos;* a demanda da verdade e da compreensão do outro que se esconde por detrás de comportamentos incompreensíveis como o assassinato de um ilustre escritor pelo seu melhor amigo ( *O fiel defunto*), de um fratricídio (*Os dois irmãos*), ou de traições e infidelidades (*Eva*); ou a busca da cabo-verdianidade, que esteve na origem da*Viagem pela história das ilhas.* Contudo, seja qual for a preocupação a que Germano Almeida procure dar resposta, não podemos esquecer que ele é, como sempre se tem apresentado, um contador de estóreas, pelo que a inspiração primordial é sempre uma boa estórea à espera de ser contada.

Estamos perante uma obra que resulta, sobretudo, de um exercício de liberdade. Germano é um homem visceralmente livre um iconoclasta que critica tudo e todos o que lhe permite falar das pessoas, dos lugares e das coisas sem eufemismos e sem o recurso a nomes fictícios. Tudo é objeto de uma crítica profundamente irónica e incisiva, seja a história de Cabo Verde e as suas gentes, seja a independência ou as mudanças políticas que se lhe seguiram, sejam figuras públicas ou até os seus amigos. Uma liberdade que lhe permite entrar em territórios proibidos ou que pelo menos estavam afastados da recatada tradição literária das ilhas. Uma liberdade que se reflete também na forma como usa as suas línguas: o português e o cabo-verdiano. Sem limites nem cerimónias, mas de que resulta ouvirmos algumas personagens falarem crioulo, escrevendo ele embora em português.

Porque não me quero repetir, regressarei então a esse texto que chamei de manifesto porque se trata de uma espécie de declaração de princípios, de um texto programático, que nos permite refletir sobre o significado que tem para ele o ato de escrever e a forma como, enquanto intelectual, se relaciona com a sociedade em que vive e o poder político que a controla e como é que, na sua obra, é tratada essa relação entre os intelectuais e o poder.

Sabemos que política e cultura são esferas sociais distintas, com lógicas e objetivos diversos. A tarefa do intelectual é a de agitar ideias, levantar problemas, sonhar utopias. A do político é a de tomar decisões, fazer escolhas no mundo dos possíveis. Por breves momentos, sobretudo em épocas de grandes mudanças políticas e sociais, quase se confundem, mas voltam a seguir caminhos separados porque rapidamente a lógica das ideias se deixa afogar pela lógica da realidade. Em Cabo Verde, a luta pela independência e a luta pela sobrevivência do país, nos primeiros anos que se lhe seguiram, foram um desses raros momentos em que intelectuais e políticos se encontraram do mesmo lado, lutando pelos mesmos ideais. Depois a utopia começou a chocar com a realidade e esse frágil equilíbrio foi sendo minado.

Poderá então o escritor ser um intelectual engajado, comprometido com o seu povo, sempre ao lado do povo, como defendia *o meu poeta*, obrigando-se a desviar o olhar para não ver desmandos e injustiças, calando a sua voz crítica para não pôr em causa os meios de subsistência? Ou deve o intelectual, para continuar livre e libertário, colocar-se à margem da sociedade e das suas normas, como defendia Vasco, uma espécie de escritor maldito, visceralmente cínico, personagem que morre na obra *O meu poeta*, para ressuscitar em *A morte do meu poeta*.

Nos romances de GA encontramos todo o tipo de intelectuais. Desde os marginais que se querem integrar aos que, estando já integrados, se passeiam com a pose de marginais. Desde os que se dedicam à política, sem deixar de ser intelectuais, como um ministro da Cultura que é poeta, um Presidente da República que é escritor ou um escritor que se recusa fazer parte da vida política, como acontece na obra *O fiel defunto.*

Ficção à parte, impõe-se-nos uma pergunta: pode o intelectual cabo-verdiano virar a cara às causas e lutas político-sociais do seu país, pode em nome da objetividade e livre crítica manter-se distante? Afinal, vamos cair sempre na grande e velha aporia filosófica: pode a pena ser separada da espada?

Nos tempos do *Ponto & Vírgula*, que me propus revisitar, tal seria difícil se não impossível. Vivia-se em regime de partido único que se autoproclamava *força, luz e guia do povo cabo-verdiano* pelo que intervinha em todos os domínios da vida quotidiana, do social ao político, do económico ao cultural, do coletivo ao pessoal. Quando em 1983, oito anos depois da independência, surgiu a revista *Ponto & Vírgula* pelas mãos de Germano Almeida, Leão Lopes e Rui Figueiredo, não se viviam tempos de feroz repressão, perseguições políticas ou de censura institucionalizada, mas julgo não provocar grande discordância se disser que se vivia debaixo de uma bastante sensível pressão. Alguns dos editoriais da revista, por exemplo, são dedicados à questão da falta de liberdade de expressão o que, como se pode ler no nº 5, obrigava os cidadãos a comunicarem através de uma *invenção moderna chamada de entrelinhas*.

Hoje sabemos que esses editoriais foram escritos por Germano Almeida e mereciam ser objeto de estudo, pois não só nos permitem traçar um esboço da vida político-cultural das ilhas nos anos 80 como, por estarmos perante verdadeiras crónicas, aí encontrarmos as marcas literárias que o identificam enquanto escritor.

Vamos então ao *Tratado do Riso* cujo excerto começa assim: *Ria sempre! Ria de tudo! Tudo no mundo está sujeito ao riso! E de facto nada há mais demolidor que uma esplêndida gargalhada, dada com os olhos e a garganta. Claro que a boca, as diversas posições da boca têm um papel relevante nesse riso-chicote e bem entendido que é necessário, para que a arma possa ser usada com eficiência, que se faça a pontaria certeira, isto é, que o riso saia na hora exata, nem antes nem depois.*  O autor continua fazendo a distinção entre os diferentes tipos de riso e volto a citar: *há a aparência de sorriso, que consiste num levantamento das pestanas acompanhado dum ligeiro movimento dos cantos da boca. Podia ser chamado de um espanto sarcástico. Normalmente é utilizado para destruir os inseguros quando se fingem senhores da situação. Assim como se utiliza o Baygon para as baratas.* Passa depois para o sorriso da seriedade, aquele que aparentemente tentamos evitar, mas em vão, porque, e cito de novo, *a coisa não depende de nós, a barraca que o outro está a dar é tão grande que todo o nosso esforço é impotente. (…) Há ainda a questão dos roncos de garganta (…) que podem ser curtos e secos ou sibilantes e longos, conforme a ocasião,* mas que, embora aparentem ser dados de forma involuntária, *cheguem ao ouvido do falante,* sem esquecer, naturalmente, os sorrisos frontais e as esplêndidas gargalhadas*.* E o autor acrescenta*: provei que essas armas, assim baratas, destroem mais que qualquer bomba e são sobretudo eficazes contra polícia e seus acólitos.*

Em *O meu poeta* a questão do riso volta a ser tratada, e pela boca de Vasco é dito o seguinte: *Um fulano que se ri de tudo, tanto pode ser um indiferente como um desenganado. Mas não creio que se possa dizer o mesmo de um fulano que decide rir-se de tudo. Porque um fulano que decide rir-se de tudo, no fundo está a criticar, está a intervir, até pode estar a demolir. É a chamada arma do riso.* (p. 285)

Julgo que todos os que o conhecem e o leem, concordarão que se trata de um texto programático a que ele se tem mantido inteiramente fiel, tanto na escrita como na vida.

Germano Almeida viveu os momentos mais decisivos da história recente de Cabo Verde e não hesitou em entrar em embates políticos sempre que o considerou necessário. Relembro que foi fundador do MpD e deputado por esse partido entre 91 e 95 e que apoiou a candidatura de Pedro Pires em 2000 e não só viveu esses momentos enquanto cidadão como mais tarde os recriou enquanto escritor.

Das alegrias e convulsões da independência, por exemplo, encontramos registo em *Eva,* *O Testamento do Sr. Napumoceno*, *Estóreas dentro de casa* ou *D.Pura e os Camaradas de Abril.* Nestas obras temos a exaltação da luta e o relato da extraordinária alegria e orgulho com que ele e a maior parte dos cabo-verdianos viveram a independência, mas também encontramos o drama das vidas interrompidas e dos exílios voluntários, nem por isso menos dramáticos.

*O Meu Poeta* e *A Morte do Meu Poeta* são os dois lados da mesma moeda - o exercício do poder, numa sociedade muito marcada por uma herança cultural e política autoritária, assente na fragilidade dos cidadãos, vítimas da pobreza das ilhas e da fatalidade das secas. Vivem as populações numa situação de dependência das autoridades que são, em muitas situações, o único garante da sua sobrevivência. Assim, seja um poder assente num regime de partido único (de que trata *O meu poeta,* 1990) seja num regime pluripartidário (*A morte do meu poeta,* 1998), o poder é exercido de forma semelhante: abusando das fragilidades económicas dos cidadãos, sendo generoso com os bons filhos e implacável com os maus filhos. A denúncia do oportunismo, da arrogância e dos desmandos de quem se instala no poder está presente nas duas obras.

Ora numa sociedade tão frágil, tão dependente dos poderes e dos favores públicos como é que os intelectuais se podem posicionar? Em *O Meu Poeta* escreveu que *dos 20% de letrados nacionais, 15% giram à volta do Poder e 5% à volta de enriquecer* e que os restantes 80% da população constituem uma *classe apenas preocupada em não morrer à fome* (p.338)

Daqui se conclui que a vida, em Cabo Verde, não é fácil para ninguém. Ao fim e ao cabo só 5% da população tem como objetivo enriquecer. Os outros apenas procuram encontrar um emprego compatível com a sua formação ou escapar à fome. O *meu poeta*, por exemplo, para chegar a deputado e mais tarde a embaixador teve de fazer sabe-se lá o quê (Vasco acusava-o até de ter sido informador), e quando anos depois se candidatou à presidência da república teve de se sujeitar a todos os incómodos e desvarios de uma campanha eleitoral para conseguir chegar ao poder. *E para quê?* interroga-se Vasco em *A morte do meu poeta*, acrescentando: *as pessoas com um pouco de juízo na cabeça deveriam recusar ser governantes em Cabo Verde, do mesmo modo que se foge do serviço militar obrigatório em tempo de guerra (…)* Afinal, *mais não fazem que exercer as funções de despenseiro, de distribuidor das ajudas internacionais.* (pp.199 e198)

Se quisermos traçar um paralelismo com as relações estabelecidas, no reino animal, entre espécies diferentes, podemos dizer que o modo como GA descreve os vínculos entre intelectuais e poder oscilam entre uma forma de comensalismo (em que ambas espécies obtêm vantagens mas uma está em situação de superioridade sobre a outra, como é o caso das hienas que comem os restos da refeição dos leões) ou de parasitismo (em que uma das espécies sai prejudicada, como é o caso das pulgas que se alimentam do sangue dos cães). A verdade é que os intelectuais, para sobreviver, necessitam de *ter vínculos comestíveis com o Estado*, expressão que Germano criou nos finais dos anos 80 e se popularizou. Ao fim e ao cabo, tal como na natureza, estas relações ecológicas acabam por ser úteis a todas as partes. Para os intelectuais que. com os empregos ou subsídios do Estado, conseguem sobreviver e produzir e para o Estado que, sempre que necessário, não hesita em se servir dos intelectuais para se legitimar e glorificar… ou para outros pequenos favores.

É o que acontece em *O fiel defunto* em que Governo e Autarquia se apoderam do falecido para organizar um funeral de estado como nunca se tinha visto nas ilhas. Recordo que este, o famoso escritor Miguel Lopes Macieira, assassinado no dia do lançamento do seu último livro, regressara às ilhas, reformado e aparentemente em situação económica desafogada para se dedicar à escrita. Logo à sua chegada declara: *Não pretendo nenhum cargo, nenhuma honraria, não vou entrar a fazer política.* (p.38) Assim aconteceu. Chegou até a recusar fazer parte da Comissão de Honra de um candidato a Presidente da República e dedicou-se a escrever desenfreadamente até que um dia, de forma igualmente súbita, deixa de escrever e descobre que as dependências não são apenas económicas ou políticas. A escrita, diz ele, é uma *canga, uma forma de escravatura*.

Como disse atrás, o funeral do escritor transformou-se numa cerimónia de estado, digna da sociedade espetáculo que hoje vivemos (e que o sociólogo francês Guy Debord anunciara nos anos 60). Os capítulos finais de *O Fiel Defunto* com os preparativos para o velório no Palácio do Povo, os discursos, a rua de Lisboa devidamente enfeitada para o efeito, a construção de um gigantesco palco para acomodar a solene missa de corpo presente bem como as entidades políticas, culturais, religiosas e militares, um sofisticado sistema de som e de imagem para garantir a transmissão em direto para todo o mundo, são a sátira perfeita a uma sociedade que já não sabe viver senão pela mediação da imagem.

Mas já muitos anos antes, GA tinha escrito sobre este fenómeno no último número da revista *Ponto & Vírgula* - o número em que se despedem a caminho de Pasárgada. Esse editorial é a delirante antecipação da comemoração do cinquentenário da revista P&V com a transmissão em direto da cerimónia comemorativa, no ano 2033, que teve lugar no edifício da Câmara Municipal de S. Vicente devidamente remodelado e modernizado dentro do estilo *sempre a subir* como ele escreve. Nessa cerimónia de homenagem o diretor Rui Figueiredo não esteve presente porque estava de cama com um ataque de gota, o diretor Germano Almeida chega em cadeira de rodas, incontinente, *surdo que nem uma porta e incapaz de enxergar uma cadeira a um metro de distância e o diretor* Leão Lopes, embora amparado, chega pelo seu pé, pois era o único que ainda dava alguns passos, mas que embora *aprumado e inteiriço* estava calvo que nem um ovo, sem sinais da juba que o caracterizara. Ora esta hilariante antecipação da comemoração do cinquentenário da revista era uma paródia e uma crítica às comemorações do cinquentenário da revista Claridade que tinham acontecido um ano antes, em 1986, com pompa e circunstância, depois de ter sido ignorada nos primeiros anos da independência e menorizada em relação à chamada literatura de intervenção. Durante o Simpósio comemorativo dos 50 anos, é finalmente e oficialmente assumido o importante papel que a revista teve na literatura cabo-verdiana e para não haver dúvidas, o jornal *Voz di Povo,* na altura, publicou um artigo com o esclarecedor título: “Aos 50 anos Claridade entra oficialmente na história de Cabo Verde”

Neste último editorial, Germano aproveita para denunciar o perverso jogo de luzes e sombras que o poder utiliza para, conforme os momentos e enquadramentos políticos, ignorar, recuperar ou premiar intelectuais e artistas. Lembra-se então de estabelecer, pela voz do orador principal dessa futura comemoração, uma analogia entre as revistas *Claridade* e *P&V* chamando a atenção para o facto de ambas terem resultado de um ato *igualmente arrojado e temerário, até porque não beneficiavam de nenhum subsídio para publicação,* de ambas terem sido *conotadas com uma certa oposição* acrescentando ainda, ter *o prof. Gerald Moser brilhantemente demonstrado que as vertentes comuns à Claridade e ao P&V foram justamente* *nenhuma se ter metido em coisas de religião, nenhuma se ter metido em coisas de política o que vale a esta distância dizer que nenhuma se meteu em coisa nenhuma*.” (P&V, nº17)

Peço desculpa se me excedi no número de citações, mas isto resulta de uma valiosa lição aprendida no *Tratado do Riso*. É que o riso é uma arma e como qualquer arma necessita de perícia para ser manejada. Não é qualquer um, nem em qualquer situação, que o sabe utilizar. Ora, quando não se tem o humor do Germano, é melhor não correr riscos pelo que me fiz valer das suas palavras. Relembro, aliás, que o *Tratado* acaba com a história de um jovem que se quis rir da polícia, mas que por não ter as aptidões necessárias, não só apanhou um tiro na orelha como umas valentes cacetadas *até ficar pacífico e bom para seguir para a esquadra*. (P&V, nº13)

Germano Almeida é tão incapaz de escrever sem satirizar como uma personagem do escritor espanhol Torrente Ballester, o sr. Emilio Roca, que passava a vida a entrar e a sair da cadeia por causa de uns versinhos cáusticos que escrevia contra o Presidente da Câmara e que confessava contrito: *às vezes até me lembro de escrever um soneto a dar-lhe manteiga, mas não sei o que têm os meus versos, que sempre me saem satíricos.* Assim é o Germano que, para falar seja do que for, inclusive de si próprio, é incapaz de evitar o riso e a ironia. E sobretudo é-lhe impossível não exercitar a sua ironia mordaz e crítica sobre o exercício do poder e sobre os que o exercem ou gravitam de forma manhenta à sua volta. Há, aliás, um aforisma de João Varela (o escritor João Vário) que ele gosta de citar com frequência: *não se pode ser manhento e culto ao mesmo tempo.*

Não nos deixemos iludir pela leveza crítica e bem-humorada da sua escrita. É verdade que ele nos proporciona o que normalmente se chama uma leitura feliz, porque é um extraordinário contador de estóreas e porque nos consegue transmitir aquilo que para ele é indissociável, o prazer e a escrita, mas por mais divertidos que sejam os seus romances, todos, sem exceção, podem ser objeto de diversas e complexas leituras e são, e serão, essenciais para se conhecer e perceber as complexidades da história, da sociedade e da identidade cabo-verdianas.